

# Universidade de São Paulo



## Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação

**SCC0207 – Computadores e Sociedade I**

**Prof.<sup>a</sup> Graça Nunes**

**1º semestre 2010**

Artigo

Cidadania e Informática: Quais são os Riscos?

Fernando Henrique Piva      nº 5967832

João de Santana Brito Junior      nº 5889672

Leonardo Barbosa Alves      nº 5889522

Vandersson Costa Souza      nº 5991840

## Introdução

Com o avanço da informática em nossas vidas, muitos cidadãos que antes estavam excluídos do acesso a informação hoje têm a oportunidade de ter acesso a uma quantidade enorme de informação, podendo até buscá-la em várias fontes e formar sua opinião. Possibilitando também que cada um pudesse expressar sua opinião sobre qualquer assunto que lhe interesse.

A informática também possibilitou aos cidadãos uma participação mais ativa nas decisões políticas do país. Com isso um novo padrão de governança surge em que os indivíduos além de escolherem seus representantes políticos podem cobrá-los de forma mais ativa, ou se mobilizarem mais facilmente para exercer pressão sobre o governo.

Se por um lado, o avanço da informática trouxe uma série de benefícios para os cidadãos, por outro, ela também deixou de fora um grupo de pessoas que por algum motivo não tem como ter acesso a toda essa tecnologia. Pela lei todos os cidadãos têm direitos e deveres e iguais. A própria definição de cidadania diz:

“A cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

Assim estamos criando duas classes de cidadãos com direitos diferentes, pois a pessoa sem acesso a informática se vê impossibilitada de exercer certos direitos garantidos por lei, como simplesmente dar entrada num pedido de aposentadoria, a não ser que ela pague por isso ou peça ajuda a alguém.

Como a tendência é que cada vez mais serviços passem a ser feitos pela internet esse problema tende a aumentar a não ser que alguma medida seja tomada. Neste artigo abordaremos mais problemas relacionados a este tema e apontaremos algumas possíveis soluções que facilmente podem ser executadas para melhorar este quadro.

## **Informática e Diversidade**

O avanço da tecnologia permite que a internet chegue a diversas áreas, aplicações e a grande parte dos lares. Esse crescimento pode ter expandido os limites da comunicação, porém, será que a internet permite a diversidade de opiniões de uma forma total e democrática?

Sabemos que dentre os direitos de todo o cidadão, está o direito de igualdade. A cidadania implica que todo indivíduo tenha a liberdade de expressar sua opinião, porém, embora a Web caminhe a passos largos, possibilitar esta diversidade ainda se encontra distante da realidade.

A informática possibilita um conjunto de facilidades na vida moderna, mas o problema é que, ao passo que ela se expande, aparecem camadas da sociedade que ficam excluídas deste ambiente.

Sejam por questões de acessibilidade, conhecimento ou poder aquisitivo, são muitos os cidadãos que não podem contribuir com suas opiniões ou são deixados à margem e os benefícios que a informática prove ficam restritos a uma pequena parcela da sociedade.

No dia-a-dia encontramos, por exemplo, rampas que permitem o acesso aos diversos locais por parte de deficientes, bem como estacionamentos reservados aos mesmos. Isto é uma adaptação para que as pessoas não sejam excluídas. Agora, porque não encontramos este tipo de facilidade com tanta freqüência na internet?

Atualmente existem inúmeros serviços que estão disponíveis somente na internet e não oferecem suporte para pessoas com outras necessidades. Pessoas com deficiência visual ou motora são muitas vezes privados de seu direito de igualdade, pois os sistemas atuais oferecem pouco ou nenhum suporte para estes indivíduos.

Tomemos como primeiro exemplo, uma deficiência que talvez seja uma das que mais pode limitar o uso do computador, a deficiência visual. Para que essas pessoas possam navegar através dos sites, uma técnica utilizada é a navegação por “tabs”, onde ao passar pelas palavras, estas são lidas por um

programa. Mas, apenas uma pequena parcela dos sites pensa neste problema e permitem este tipo de navegação.

Mais excludente, ainda, que as limitações físicas, são as limitações do poder aquisitivo da população. Apesar de o custo do computador ter diminuído consideravelmente ao longo dos anos, o seu preço permanece fora do alcance da maioria da população. Sem contar que o preço da internet também tem alto custo.

Sendo assim, é preciso tomar medidas para que o crescimento destas tecnologias deixe de ser um fator causador da exclusão dos grupos citados, e que, na verdade, passe a permitir que mais cidadãos possam exercer o seu direito de expressar sua opinião.

### **Quem fornece a informação?**

Muitos dos serviços disponíveis na internet ainda são fornecidos de acordo com o interesse de investidores, tornando a informação obtida por eles, imparcial. Podemos tomar como exemplo alguns sites que levantam discussões sobre alguma determinada área, mas que esteja, por trás, sendo influenciada por alguma empresa daquela área. Desta maneira não temos uma divulgação justa da informação para os usuários da grande rede.

Uma das novidades da internet, a WEB 2.0, vem mudando aos poucos este quadro, mas ainda esta bem distante de nossa realidade, por ser algo recente. Este termo WEB 2.0 nasceu em meados de 2004 e ele aplica a idéia de que a internet agora é formada não mais somente por profissionais da área de computação e informática, mais sim pelos próprios usuários que a utilizam, através de blogs, redes sociais e wikis. Desta maneira os grandes investidores não terão fácil influencia sobre as informações, salvo a de grandes sites comerciais.

## Crimes Digitais

Vamos pensar há algum tempo atrás, quando nas eleições, os votos eram dados através de papel. Antigamente as fraudes eleitorais só aconteciam em pequena escala, estavam ao alcance de todos e recorrer a elas ou não, além de questão ética, dependia da decisão do candidato de querer correr riscos ou não. Agora, com as urnas eletrônicas, a fraude só está ao alcance de uns poucos.

A Justiça Eleitoral, contrariando a lei que determina absoluta transparência do processo eleitoral, insiste em manter trancado a sete chaves o que denomina "bloco de segurança" do software usado pelo micro; fato que impede que os partidos políticos – os legítimos representantes dos eleitores – fiscalizem a eleição. Sabemos que computadores não são confiáveis se não usarem códigos abertos. Mas este programa de urnas, "por questões de segurança", utiliza isto.

Fora o problema da eleição, temos vários outros problemas envolvendo, por exemplo, serviços bancários e a falsidade ideológica. É muito difícil de uma pessoa se passar por outra no dia-a-dia, a tal da falsidade ideológica, mas na internet isto é bem mais fácil. É certo que cada vez mais os serviços de autenticação são melhorados, mais ainda sim, sempre ouvimos pessoas reclamando que sofreram alguma perda por serviços fornecidos pela internet.

Podemos citar até alguns crimes digitais famosos, como o "salami slicing", onde o criminoso faz a transferência eletrônica de pequenas quantias de milhares de contas, para a sua conta. Você pode pensar que ele retirou apenas uma pequena quantia de cada conta, e o dono da conta talvez nem perceba, mas isso violou seu direito de cidadão, é um roubo como qualquer outro. E estes crimes ainda são difíceis de coletar evidências e provas, e as Leis para crimes digitais ainda estão um pouco confusas, quando não inexistentes.

## **Empregos e Internet**

Outro ponto bem interessante no qual encontramos uma violação do direito do cidadão, é a procura por empregos. É certo que, na medida em que o tempo passa, é exigido cada vez mais um maior grau de instrução dos candidatos as vagas nas empresas. Mas o ensino fundamental bem como o Médio, é fornecido para a população gratuitamente (pelo menos nos conformes). E o ensino da informática?

Em boa parte dos empregos básicos da sociedade, é exigido o conhecimento de informática, senão isto, então o manuseamento de máquinas eletrônicas. Isto acontece naturalmente, porque as empresas evoluem com a chegada dos computadores. O problema é que as pessoas acabam precisando pagar por cursos para conseguir o emprego. Mas como estas pessoas podem pagar por cursos para conseguir um emprego, se não possuem o emprego que lhe garanta o dinheiro? Um trabalho é um direito do cidadão a ter o seu "ganha pão", e isto está sendo tirado dele. Sem contar que esta busca por aprendizagem da informática ainda gera um grande mercado de profissionalização.

Ainda nesta transição, temos pessoas que são analfabetos ou analfabetos funcionais, que já são de certa forma, excluídas do mercado do trabalho, ficando ainda mais distante dele. Algumas empresas só aceitam currículos pela internet, as coisas estão andando muito rápido e as pessoas não estão acompanhando esta mudança.

## **Serviços Públicos**

Muitos dos serviços públicos que antes eram fornecidos de forma presencial estão sendo transferidos para a internet. Isto diminui o custo do serviço e o torna mais rápido, eliminando as grandes filas que se formam. Mas será que este serviço é justo? Alguns destes serviços não estão nem mais sendo fornecidos na forma presencial, tendo sido totalmente transferidos para a internet.

Como ficam as pessoas que não tem acesso a este serviço? Antes ela poderia ir até um determinado local e pagar ou requisitá-lo, mas muitas destas pessoas não sabem como acessar ou nem mesmo tem o acesso a ele, e neste caso ela precisa recorrer a algum tipo de terceirização, pagando para outra pessoa o faça. Onde ficam os direitos dela? Isto é algo no qual o governo deve pensar, antes de sair informatizando tudo. E mais, a tendência é que todos os serviços que não exijam a presença da pessoa sejam via internet.

O que poderia ser feito a respeito disso? Existem várias maneiras de suavizar esta transição do serviço presencial para internet. Uma delas era simplesmente mantendo os dois serviços funcionando e aos poucos ir eliminando o presencial, conforme a população fosse obtendo acesso a internet. Este acesso seria obtido através de cursos gratuitos, fornecidos pelo próprio governo e cada cidadão poderia utilizar uma espécie de centro que fornece acesso grátis a internet para este tipo de serviço.